

<b>Processo:</b>	2388/2026	<b>Pregão Eletrônico:</b>	90003/2026
<b>Objeto:</b>	Contratação de links dedicados de internet (full duplex) para as Sedes de São Paulo e Campinas do CREF4/SP, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo a instalação, com todos os materiais e cabamentos necessários até a conexão com os servidores do CREF4/SP, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência		
<b>Abertura:</b>	29/05/2026	<b>Horário:</b>	09h30min
<b>Site:</b>	<a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> <a href="http://www.pncp.gov.br">www.pncp.gov.br</a>	<b>UASG:</b>	926089
<b>Critério:</b>	Menor Preço por Item	<b>Modo de Disputa:</b>	Aberto
<b>Valor Estimado:</b>	R\$ 50.259,07	<b>Preferência ME/EPP:</b>	Não

## **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Fornecimento de links dedicados de internet para as Sedes de São Paulo e Campinas do CREF4/SP, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as condições e exigências estabelecidas neste documento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO	CATSER	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Serviço de fornecimento de link dedicado de acesso à Rede Privada e de Acesso à Internet com velocidade de 1 GBPS - full duplex com redundância (rotas diferentes) e IP fixo, dedicado para a <b>Sede São Paulo</b> .	12 meses	26484	R\$ 2.277,85	R\$ 27.334,15
<b>Valor total estimado do Item 01: R\$ 27.334,15 (vinte e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e quinze centavos)</b>					
<b>Valor total estimado do Item 01 com a instalação: R\$ 27.634,15 (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quinze centavos)</b>					
2	Serviço de fornecimento de link dedicado de acesso à Rede Privada e de Acesso à Internet com velocidade de 500 MBPS - full duplex com redundância	12 meses	26484	R\$ 1.825,41	R\$ 21.904,92

(rotas diferentes) e IP fixo, dedicado para a <b>Sede de Campinas</b>				
<b>Valor total estimado do Item 02: R\$ 21.904,92 (vinte e um mil, novecentos e quatro reais e noventa e dois centavos)</b>				
<b>Valor total estimado do Item 02 com a instalação: R\$ 22.624,92 (vinte e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos)</b>				
<b>Valor Total Estimado das Contratações (itens 1 + 2): R\$ 50.259,07 (cinquenta mil, duzentos e cinquenta e nove reais e sete centavos)</b>				

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O prazo de **vigência da contratação é de 12 (doze) meses**, contados do início da prestação de serviço e certificado pelo Fiscal do Contrato após a primeira conexão, prorrogável na forma da lei.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Havendo divergências entre o código CATMAT/SER e/ou a descrição do material do sistema COMPRAS GOVERNAMENTAIS com a apresentada neste Edital, prevalecerá a última, salvo disposição expressa do Pregoeiro ou da Comissão Especial de Licitação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Os objetos da contratação estão previstos no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 03676803000159-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 04/11/2025
- III) Id dos itens no PCA: 198
- IV) Classe/Grupo: 141
- V) Identificador da Futura Contratação: 926089-213/2026

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na **contratação de serviços de conectividade à internet por meio de links dedicados**, destinados às sedes do Conselho localizadas em São Paulo – Capital e Campinas – SP, com o objetivo de garantir a continuidade, estabilidade e segurança das operações institucionais.

3.2. Prevê-se a disponibilização de **01 (um) link de 1 Gbps para a sede de São Paulo**, voltado ao atendimento da demanda principal de acesso aos sistemas corporativos e serviços em nuvem, bem como **01 (um) link de 500 Mbps para a sede de Campinas**, com a finalidade de compor estratégia de redundância e assegurar a disponibilidade da conectividade.

3.3. Os serviços deverão operar com **banda simétrica, em modo full duplex, com fornecimento de IP fixo**, alta disponibilidade garantida por Acordo de Nível de Serviço (SLA), suporte técnico especializado e infraestrutura com rotas independentes, de modo a mitigar riscos de indisponibilidade.

3.4. A solução deverá, ainda, ser compatível com a infraestrutura de rede existente, permitindo integração com os equipamentos já utilizados e possibilitando futura expansão da capacidade, conforme a evolução das necessidades institucionais.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Deverão ser atendidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. DESCRIÇÃO DO OBJETO

5.1. Prestação de serviço de acesso à internet para as Sedes de São Paulo e Campinas do CREF4/SP, com as seguintes especificações em cada link:

- 5.1.1. Link dedicado (full duplex);
- 5.1.2. Redundância (rotas diferentes);
- 5.1.3. IP fixo;
- 5.1.4. Velocidade de 500 Mbps (quinhentos megabits por segundo), tanto para download e para upload para a Sede Campinas;
- 5.1.5. Velocidade de 1 Gbps (um gigabit por segundo), tanto para download e para upload para a Sede São Paulo;
- 5.1.6. Disponibilidade 24h (vinte e quatro horas) por dia, durante os 7 (sete) dias da semana;
- 5.1.7. Inclusos todos os materiais e cabeamentos necessários até a conexão com o servidor do CREF4/SP;

5.2. Os links deverão trabalhar obrigatoriamente em redundância.

- 5.2.1. Para a operação em redundância a **CONTRATADA** deverá certificar a existência de rota alternativa ou diferente do link em operação, a fim de garantir que problemas externos, manutenções, reparos, motivos de força maior ou ordem natural, ocorridos na rota de um dos links não impeçam o funcionamento do outro.

5.3. Devem ser obedecidas as normas internas dos edifícios para a realização de serviços de infraestrutura, bem como atentar-se para os horários permitidos.

5.4. O circuito deverá ser provido por um acesso digital dedicado, por meio não compartilhado por outra porta, para conexão a um roteador de borda ou switch do backbone da licitante, **com taxa mínima efetiva igual à 500 Mbps (quinhentos megabits por segundo) de download para a Sede Campinas, e 1 Gbps (um Gigabit por segundo) de download para a Sede São Paulo, e upload (full duplex),** para cada link.

5.5. O circuito de acesso não poderá ser compartilhado com nenhum outro cliente da licitante.

5.6. O circuito de acesso deverá possibilitar pelo menos 99% (noventa e nove por cento) do tráfego, garantindo o não descarte de pacotes nas portas do backbone para a velocidade contratada.

5.7. O meio físico do circuito de acesso deverá ser entregue em **cabo de fibra ótica, devido à imunidade de ruídos e maior capacidade final de banda.**

5.8. Não serão aceitas soluções diferentes da tecnologia informada acima, sendo necessário que os links atendam todas as especificações determinadas por este Termo de Referência.

5.9. Na proposta apresentada deverão estar contemplados todos os custos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo: aluguel dos meios de transmissão e dos equipamentos utilizados, despesas com manutenção, etc.

5.10. Deverá ser permitido o “upgrade” de banda entre os pontos interconectados (escalabilidade).

5.11. Dentre os serviços agregados à disponibilização dos links dedicados devem estar:

- 5.11.1. A supervisão e gerenciamento de toda rede em “real time” (24h por dia, 7 dias por semana).
- 5.11.2. O diagnóstico e solução dos problemas remotamente (preferencialmente).
- 5.11.3. Registro e acompanhamento dos incidentes e SLAs (Service Level Agreements – Acordo de Níveis de Serviço) em pelo menos 99%.
- 5.11.4. Geração de relatórios de tráfegos de cada cliente para fornecimento de informações quando solicitado.
- 5.11.5. Execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva visando a melhoria dos índices de transmissão e conectividade solicitados;

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições e Prazo para Implantação dos Serviços**

6.1. A licitante vencedora terá o prazo de até **20 (vinte) dias**, contados da data de assinatura do **CONTRATO**, para completar integralmente toda a instalação, ativação, configuração, ajustes, etc., dos serviços contratados, deixando a rede com o total da funcionalidade ora contratada.

6.1.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa da **CONTRATADA** e concordância do CREF4/SP.

6.1.2. **Os serviços serão iniciados a contar da Ordem de Serviço emitida pelo CREF4/SP, não podendo ser realizada nenhuma cobrança até que seja testado o funcionamento dos links, e somente após o primeiro mês de utilização a contar da primeira conexão de cada um dos serviços.**



6.1.2.1. São aceitos os testes de velocidade apenas dos medidores oficiais ESAQ (<https://www.brasilbandalarga.com.br/bbl/>) da ANATEL ou SIMET (<https://beta.simet.nic.br/>) do CGI.

6.1.2.1.1. Valores:

- **Velocidade:** igual ou superior à contratada;
- **Latência:** inferior à 10ms;
- **Jitter:** inferior à 10 ms.

6.2. A licitante deverá realizar ações que garantirão os níveis de serviço contratados relativos ao retardo, disponibilidade e desempenho da rede, prestando relatório de tráfego, falhas e interrupções, com o cálculo do período de indisponibilidade para fins de aferimento das devidas condições do serviço e efeito de eventuais descontos no pagamento.

6.3. Na ocorrência de qualquer falha nos serviços contratados a licitante deverá iniciar o processo de recuperação de falhas fazendo o registro da ocorrência e o posterior acompanhamento de sua solução.

6.4. O CREF4/SP deverá ser informado pela licitante, sobre o andamento do reparo no caso de indisponibilidade ou falha, para que se possa verificar prontamente a possibilidade da causa da falha ter ocorrido por falta de energia ou por outro motivo de responsabilidade do próprio CREF4/SP.

6.5. O serviço será prestado de forma contínua, garantido o SLA mínimo de 99%.

6.6. O atraso na prestação dos serviços caracterizará inadimplemento contratual, incorrendo a parte culpada nas penas previstas no **CONTRATO**, salvo se tal atraso for mediante solicitação expressa da **CONTRATANTE**.

6.7. A interrupção injustificada pela **CONTRATADA** no fornecimento e execução dos trabalhos, objeto deste **CONTRATO**, em condições que representem riscos ao desenvolvimento das atividades da **CONTRATANTE**, autorizará este último à contratação de profissionais qualificados para a realização de tais trabalhos, devendo a **CONTRATADA** arcar com os custos decorrentes de tal contratação, excetuando-se as ocorrências de inteira responsabilidade da **CONTRATANTE**, ou aquelas para as quais a **CONTRATADA** não tenha concorrido direta ou indiretamente e nos casos de força maior ou caso fortuito.

6.8. Constatadas irregularidades nos serviços, a **CONTRATANTE** poderá:

6.8.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.8.2. Na hipótese de substituição, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

6 / 19

6.8.3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.8.4. Na hipótese de complementação, a **CONTRATADA** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito.

### **Do Acordo de Nível do Serviço**

6.9. A conexão gerada deverá estar disponível 24h (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete) dias por semana.

6.10. Em caso de necessidade de interrupção, a Contratada deverá comunicar ao CREF4/SP com antecedência mínima de 02 (dois) dias.

6.11. Não serão computadas no cálculo de disponibilidade mensal até 05 (cinco) interrupções anuais do serviço a serem utilizadas como janelas para manutenção corretiva e preventiva, desde que agendadas em comum acordo e com antecedência mínima de 02 (dois) dias, em período eventualmente concedido pelo CREF4/SP.

6.12. O prazo máximo para início da solução de qualquer problema de inoperância do servidor será de 02 (duas) horas, contadas da notificação à Contratada.

6.13. Deverá ser entendido como “Interrupção”, o tempo em minutos entre a formalização do registro de chamada e a completa solução do problema, considerados os casos de inoperância da porta (paralisação do link), taxa de erro alta (link intermitente), ou latência alta (lentidão).

6.14. Deverá ser entendido como “Tempo Total Mensal”, nos meses de ativação e da desativação da Porta, a quantidade de dias da prestação do serviço, expresso em minutos, considerando-se o mês comercial.

6.15. Para os demais meses, o “Tempo Total Mensal” deverá ser de 43.200 (30x24x60) minutos.

6.16. Deverão ser fornecidos descontos proporcionais, na hipótese de ocorrência de interrupções cuja duração ocasione o não atendimento do percentual de disponibilidade mínimo contratado, desde que referidas interrupções sejam notificadas à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 7 (sete) dias, contados da data da ocorrência.

6.17. Para a concessão do desconto, o período mínimo de interrupção a ser considerado é de 30 (trinta) minutos consecutivos, computados a partir da sua efetiva comunicação à **CONTRATADA**, de acordo com a seguinte fórmula  $[Vd = Vp \times n]$  onde:

**Vd** = Valor do desconto

**Vp** = Valor mensal do serviço

**n** = Quantidade de unidades de períodos de 30 minutos (1.440 períodos em 1 ano)

### **Locais da prestação dos serviços**

6.18. A instalação da infraestrutura e eventuais equipamentos, a prestação do serviço e a efetivação das configurações serão realizadas nas seguintes localidades:

6.18.1. (Item 01) **Sede São Paulo** do CREF4/SP, sito à Líbero Badaró, nº 337, Centro, CEP: 01009-000, São Paulo/SP.

6.18.2. (Item 02) **Sede de Campinas** do CREF4/SP, sito à Avenida José Bonifácio, nº 1135, Jardim Flamboyant, CEP 13091-140, Campinas/SP.

6.19. Deverão ser obedecidas as normas internas dos edifícios para a realização de serviços de infraestrutura, bem como atentar-se para os horários permitidos.

### **Central de Atendimento**

6.20. A licitante deverá dispor de um número telefônico e um endereço eletrônico na Internet (url e/ou e-mail) para que os operadores do CREF4/SP possam encaminhar as solicitações de reparo e indicar um preposto para atender a conta do CREF4/SP.

6.21. O serviço de registro de chamadas deverá estar disponível 24h (vinte e quatro horas) por dia e 07 (sete) dias por semana.

6.22. A Central de Atendimento deverá dar suporte a chamados referentes ao acesso (instalação, recuperação, alteração e remoção), manutenção, reparos, endereçamento de IP, segurança, etc., considerando-se todos os serviços contratados, de maneira a assegurar a integridade dos meios de comunicação.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





7.3. As comunicações entre a entidade promotora da licitação e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A entidade promotora da licitação poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a entidade promotora da licitação poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).



7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão efetuados em favor da licitante **CONTRATADA**, em parcelas mensais e consecutivas no prazo de vigência inicial do **CONTRATO**, **contados da data da primeira prestação.**

8.2. A avaliação da execução do objeto será realizada mediante verificação do cumprimento com os prazos estipulados para implantação dos serviços, com o atendimento do SLA e do suporte técnico, bem como com todos os requisitos indicados neste Termo de Referência.

8.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1.1. Não produzir os resultados acordados,

8.2.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará, ainda, os seguintes critérios:

8.3.1. Postura e eficiência no serviço;

8.3.2. Gestão de Recursos Humanos;

8.3.3. Cumprimento de prazos;

8.3.4. Qualidade do serviço executados; e

8.3.5. Satisfação dos usuários.

### **Do recebimento**

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).



8.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

8.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.5.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

8.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade

competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.7.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas



cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.](#)

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA para correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, em agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.15. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));



9.20. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de **05% (cinco por cento)** do valor total estimado da contratação.

9.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

9.23. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))

9.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.25. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

9.25.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos



9.26. **Deverá a licitante apresentar cópia da autorização da ANATEL para comercialização do serviço.**

9.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.27.1. O registro previsto conforme a [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.](#)

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado global da contratação é de **R\$ 50.259,07 (cinquenta mil, duzentos e cinquenta e nove reais e sete centavos)** conforme custos mensais e anuais apostos na tabela do item 1.1.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Havendo despesas decorrentes desta licitação, correrão à conta da natureza de despesa na rubrica: **6.2.2.1.1.01.33.90.039.008.002 - Serviços de Telefonia e Internet.**

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 12 de maio de 2026

**LUCAS RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ**  
**Diretor do Departamento Estratégico**  
**CREF4/SP**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EC4B-7604-3431-4B9D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCAS RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ (CPF 220.XXX.XXX-23) em 12/05/2026 16:12:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://crefsaopaulo.1doc.com.br/verificacao/EC4B-7604-3431-4B9D>